

De: Carlos Nunes
Enviado: terça-feira, 25 de abril de 2017 18:48
Para: Petições
Assunto: Petição Individual sobre várias lacunas de Dupla Tributação ,originada desde 2003 com o Projecto Hidroeléctrico Karahnjúkar, na Islândia e outras lacunas da legislação sobre o Apoio Judiciário complexo, no qual envolve várias legislações, No Algarve, não...
Anexos: Dupla Tributação e Outros Documentos 20001.zip
Sinal. de seguimento: Dar seguimento
Estado do sinalizador: Sinalizado

PETIÇÃO N.º 303/XIII/2ª

Formulário para envio de uma Petição

Campos de preenchimento obrigatório *

Petição: Individual () Pessoa Coletiva () Coletiva *

Nome do 1.º Peticionário ou de Pessoa Coletiva *

Carlos Alberto Nunes

Morada *

Local *

Código Postal *

N.º Telemóvel

Endereço

Eletrónico *

Documento de identificação *

Tipo: () Bilhete de Identidade () Passaporte Cartão do Cidadão

N.º **Validade** (aaaa-mm-dd) [] **Vitalício**

Nacionalidade *

Portuguesa: **Estrangeira:** ()

Objeto sucinto da sua Petição *

[]

Texto da sua Petição *

Anexo

Incluir anexo na Petição

[]

Caso queira enviar mais do que um anexo, por favor junte-os num único ficheiro comprimido de formato .zip.

Não são aceites ficheiros com tamanho superior a 8 MB.

Caso não seja possível contactar o 1.º Peticionário, indique outro contacto:

Nome

[]

Morada

Local

[]

Código Postal

N.º Telemóvel

Endereço []

Eletrónico

Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia da República,

Venho por este meio, informar Vª. Exª. ,de que ,o que me me aconteceu entre 1995, 1997,no qual Vª. Exª. era Ministro da Segurança Social, Vª. Exª. , a sua Chefe de Gabinete, Srª. Drª. Isabel Cordovil,, conseguiram resolver a minha situação,1ª. enviaram ofício ao Sr. Sub Director das Relações Internacionais, na Rua da Junqueira, no qual o mesmo enviou,ofício ao Sr. Presidente da ARS de Faro, para o mesmo rectificar a minha situação, de que tinha tido um acidente de trabalho em França, no qual a ARS de Faro, não queria emitir os certificados de incapacidade, com nº. francês, isto veio a rectificar-se e se resolveu a situação pelo melhor, com a sua intervenção e da sua equipa. O caso, que me faz escrever a Vª. Exª. é muito grave, envolveu vários governos,porque a burla e dupla tributação, começou em 2003, a Segurança Social Portuguesa, com aval, em principio da Tutela,deu aval de destacamentos a Empresas de trabalho temporário, neste caso, à NETT Trabalho Temporário e Select do Porto, contratadas, pela Impregilo ,para projecto Hidroeléctrico Karahnjúkar,na Islândia,tudo parecia em conformidade,inclusive no dia 01de Junho de2006, foi à obra o Sr. Embaixador João Lima Pimentel ,porque havia queixas fundamentadas de trabalhadores que se sentiam escravizados, todas as Autoridades sejam as Portuguesas e Islandesas negaram os factos, quem estava na barragem, apoiaram os patrões, negando a escravidão, ora a escravidão, não era na Barragem , era no Túnel,da Adict 1 aonde eu fui Chefe de Manobradores e Motoristas ,de tudo o que entrava e saía do Túnel,nós estivemos isolados 12 dias,Só no dia 06 de Junho de 2006,é que consegui limpar o acesso, ao acampamento, já não tínhamos mantimentos, para 90 pessoas, eu arrisquei a minha própria vida, no túnel se passava coisas, de total escravidão, não com os meus colegas, mas com as equipas que vinham todos os dias da barragem, quando o tempo

permitia, estavam 14 horas ao serviço pleno, lhes davam, no turno, uma refeição que não condizia com os costumes, a um português, a maioria das vezes lhes davam, comida para chinês ou Filipino, tinham de comer em 15 minutos, não lhe davam o tempo devido de 30 minutos, tinham de comer, sem condições, incluindo, andando sempre com água até aos joelhos, se caíssem à água, não lhes facultavam roupa seca, no turno das 07 Horas às 19 Horas, é que isto acontecia, saíam do Túnel, chegavam ao acampamento da Adict 1, no qual jantavam adequadamente, só depois é que regressavam ao Acampamento da Barragem, no qual demoravam, mais 1 hora, se o tempo permitisse, portanto andavam mais de 14 horas, portanto eu tive situações bem piores dentro do túnel, cheguei a andar com água gelada, até ao pescoço, para salvar os colegas, que estavam na toneladora, porque quando abrimos as galerias para as chaminés de ventilação, se tinha de fazer a explosivos, no qual, se tinha de desligar a ventilação, fazer-se a explosão, no qual, só passados 30 minutos, é que poderíamos voltar, devido, aos gases e às normas de segurança, os escombros tapavam o caudal de 60 cm permanente, a água subia vertiginosamente, pondo em perigo os colegas, eu e o chefe do Fogo, tínhamos de verificarmos, se algum explosivo, não tinha rebentado, o stress era muito, sobre as nossas cabeças, houve alturas da água, praticamente, quase chegou à instalação eléctrica, o que era uma catástrofe, Aguentámos tudo isto, neste túnel, tínhamos de trabalhar sempre, mesma com as tempestades, na Barragem, não era assim, mal caía neve, tudo parava. Com a nossa Tutela a dizer que estava tudo bem, nunca pensei a acontecer-me o que aconteceu, depois de eu e os colegas, termos terminado a escavação do referido túnel, despedi-me para não entrar em conflito com o pessoal de chefia do turno de dia, fui para Barcelona, estive no novo aeroporto de Barcelona e no AVE, Alta Velocidades.

Eu estive a trabalhar na Islândia de Julho de 2005 a Outubro de 2006, fui para Espanha de imediato, depois em Agosto de 2007, tive novo convite, para fazer pequenos diques, para a água da Barragem, chegando à cota máxima, não alagar outras zonas, fui no dia 24 de Agosto de 2007, no qual assinei o contrato, logo que cheguei à Reykjavik, nesse mesmo dia, chegámos ao projecto, para trabalhar, através da Rais, para a Arnarfel, Subempreiteira da Impregilo, o contrato sendo islandês, tinha as condições de salário islandês, tive um acidente no autocarro da Arnarfel, no acesso a Egiltsadir, no dia 26 de Agosto de 2007, fui transportado para o Hospital de Egilstadir, devido à quebra de travões do referido autocarro, devido à gravidade, fui transportado, de avião para o Hospital de Reykjavik, no dia seguinte, me queriam pôr fora do Hospital, daí telefonei para a Embaixada de Portugal em Oslo, no qual, me enviaram a Sr^a. Cônsul Helga Lara, a ajuda que me foi dada, só me prejudicou, foi consentida a minha repatriação por razões médicas, a conselho do Hospital, eu só dizia se fosse grave, que não saía da Islândia, todos me mentiram, fui repatriado a 08 de Setembro de 2007, o SNS, não me deu assistência médica, a companhia de seguros Sjóvá. só pagava, mediante recibo original, me

endividei, até agora,ninguém me pagou as baixas ao trabalho, conforme as leis, porque a ARS de Faro , sempre se negou a emitir os certificados com nº. islandês,daí que coloquei em Tribunal a ARS de Faro e CDSS de Faro, por não me darem condições,seja prestações em espécie ou pecuniárias, nem RSI me deram,a ARS de Faro e CDSS de Faro, foram argumentar em Tribunal, que eu não tinha adquirido direitos sociais na Islândia, o que não é verdade, eu na altura da sentença ,já tinha informado o DCIAP , de que tinha havido burla e dupla tributação, mas ninguém quis saber, para encobrir a verdade, eu investiguei mais e o problema, de eu não ter os direitos sociais da Islândia, foi porque houve a dupla tributação, a NETT ,me fazia os descontos em Portugal, sobre o salário português,nós não sabíamos que a Impregilo, nos estava a fazer os descontos,na Islândia, só sobre o salário base islandês, eu ao pedir a pensão islandesa e ir à Islândia, saber, porque é que não me pagavam a pensão, nem as baixas, vim a saber, através de ofício, que enquanto houver descontos portugueses no período de Julho de 2005 a Outubro de 2006,não assumiam as responsabilidades, porque só se pode descontar, num país de cada vez os descontos ,espanhóis depois do acidente,também têm de sair do sistema,porque foi o CDSS de Faro que os provocou, com a mentira, que enviou ao INEM de Barcelona.

Como referi ,antes eu denunciei ao DCIAP, quando fiquei na posse dos documentos islandeses, que provam os descontos na Islândia, daí desde o DCIAP, MP ,TAF de Loulé, TAC do Sul,agiram mal num Estado de Direito,eu não consegui fazer recurso, por não ter patronos com conhecimentos de direito de Segurança Social Europeia,houve intenção de me calarem.

Sobre os 2 primeiros acidentes de trabalho na Islândia, a salvar vidas,eu avancei para o Tribunal de Trabalho de Portimão, através do MP, o que iniciou o processo de avaliação de incapacidade,quando os processos deram " entrada no Tribunal, fiquei também sem mandatários, não consegui fazer recurso, mesmo pedido decisão prejudicial, ninguém atendeu ao meu pedido, fiz tudo conforme a lei estipula, os processos passaram para o Tribunal da Relação de Évora, no qual os Srs Drs Juizes Desembargadores, já decidiram os acórdãos, sem que eu tivesse mandatários, pedi certidões em como , não tinha mandatários e que não aceitava a legislação portuguesa,porque inclusive a lei 100/97, de acidentes de trabalho, no estrangeiro, o sinistrado pode escolher qual a legislação que prefere, orase descontei na Islândia, é sobre o salário islandês que quero indemnização adequada, ao que me fizeram,tudo isto foi originado, pelos ilícitos,no qual seja o Estado Português, as Empresas, a Lusitânia, todos tinham a obrigação de saberem as leis que vigoram no EEE,os destacamentos só podem ser feitos por empresas que tenham trabalhadores com vínculo laboral, que não era o caso, daí enquanto, os descontos portugueses, não saírem do sistema, eu não recebo as indemnizações do 3º. acidente, que fiquei inválido para o trabalho.

Eu já fiz petições queixas ao Parlamento Europeu, sobre o que os Estados fizeram,no qual à lacunas na legislação, 1º. a Islândia, não sendo um país da

UE, não nos confere apoio judiciário, ao abrigo dos apoios judiciários transfronteiriços, Portugal infringiu a lei do Parlamento Europeu de 19 de Dezembro de 1995, a mesma é clara a dizer, de que repatriações por razões médicas, só com a autorização expressa das Autoridades Consulares, que estiveram presentes, mas limpam as mãos como Pilatos, para esconderem o ilícito grave que fizeram, todos os portugueses foram escravizados, o salário que deveriam receber, deveria rondar os 10000€, o pessoal especializado, os restantes deveria ser de 7500€, inclusive o islandeses ao trabalharem um mês na obra, tinham mais 5 dias de descanso.

O que solicito com o meu desabafo e de sofrer, estes anos todos, é que o Parlamento legisle que os apoios judiciários devem ser deferidos e que o patrocínio seja adequado, à acção, porque o Algarve, não há patronos, com formação de direito europeu de segurança social, no qual a legislação europeia prevalece sobre as nacionais.

Os Tribunais, não estão a cumprir a legislação europeia sobre os pedidos de Decisão Prejudicial, no meu caso, a EFTA e a CE, também têm grandes responsabilidades, a CE só pode ser levada a Tribunal, através de Decisão Prejudicial, no qual o Tribunal das Comunidades Europeias, é que tem de dar parecer, quando há legislações que prevalecem sobre as nacionais, mas para isso os Tribunais Portugueses têm de agir e devem parar os processos e pedirem o respectivo parecer, no meu caso, estão a violar muitos artºs. da Convenção dos Direitos do Homem.

Neste momento, o que quero e solicito a Vª. Exª. que me sejam devolvidos os descontos portugueses e que a Segurança Social, envie a anulação do destacamento, que me está a provocar danos enormes económicos e de saúde, a ARS de Faro, como no passado, assumo o erro e reponha a verdade. Sem outro assunto

De Vª. Exª.

Atenciosamente

Carlos Alberto Nunes